

norte  Poupança

o que precisa

O desejo do País — um 92 de mais trabalho e menos retórica

Max Schrappe *

Há dois anos, no primeiro semestre de 1990, o governo do presidente Fernando Collor enfrentava



um variado cardápio de problemas em virtude do seu, na época, inovador e pretensioso programa de estabilização econômica. Entre as suas maiores preocupações estava a matemática da inflação, gerando questões tributárias e salariais.

O programa econômico do governo Collor está envelhecendo. E isso difere muito de "amadurecendo". As questões salariais são mais graves, incluindo a insatisfação dos empresários. O desânimo e o pessimismo estão nas empresas neste instante.

Somos, lamentavelmente, o último país da América Latina a conviver com um índice inflacionário tão alto.

Collor nos acenou com um novo Brasil. Mas o que nos deu até agora: apenas um constante trabalho de marketing político que, por si, não deverá durar muito tempo. Queremos mais trabalho e resultados, menos efeitos especiais.

Como vão os empresários obter a modernidade exigida, alcançar a produtividade sonhada? Investindo em tecnologia, em recursos humanos e reduzindo custos. Está provado que não se pode mais acreditar na mão-de-obra barata. Trabalhador sem qualificação diante do avanço tecnológico é, como profissional e cidadão, um triste símbolo da miséria. Mas como incentivar as empresas a qualificar permanentemente a sua mão-de-obra, quando a carga tributária imposta pelo governo é muito grande?

Estudos nos mostram os exageros. No Brasil, os empresários têm de arcar com dois tipos de encargo — os legais e os contratuais. Os legais incluem a previdência, o 13º salário, as férias, etc. — chegam a 85%. Já os contratuais, resultantes de acordos coletivos, garantem benefícios como a assistência médica, o transporte, a alimentação, etc. Somados, chegam a índices que va-

riam entre 150 e 200%. Ou seja, para cada cruzeiro pago ao trabalhador, a empresa contabiliza até mais outros dois em custos.

O próprio empregado desembolsa uma considerável parte do seu salário, em diversas contribuições. Um trabalhador que recebe 100 mil cruzeiros, põe no bolso apenas 80 mil, enquanto o empregador paga 200 mil para contar com ele entre seus colaboradores. O empresário quer produtividade, o trabalhador quer salário e o governo tem perdido recursos na tecnoburocracia e na corrupção dos órgãos públicos que, como o INSS, apenas têm dado prejuízo a todos. Isso, é claro, neutraliza qualquer programa de redução de custos, de produtividade, de eficiência. O governo alega falta de recursos para quitar seus compromissos mas, por outro lado, sabe cobrar à sociedade seus crescentes tributos. O povo ganha cada vez menos e paga cada vez mais impostos.

Para tornar uma empresa competitiva no Brasil, pouco depende do empregador e do empregado. Muito depende do governo. A cada novo aperto de caixa governamental, como agora, surgem mais custos tributários, com pequenas frações que avançam sobre o lucro das empresas — sobre as suas disponibilidades para investir em tecnologia e recursos humanos. Até mesmo sobre os salários de trabalhadores e aposentados. Não há modernidade, nessas condições, que nos permita ser competitivos. Inexistem recursos, aqui e no exterior, dispostos a alimentar essa incompetência governamental que penaliza as forças produtivas.

Todos estamos dispostos à modernidade. Falta, apenas, decisão política do governo. Que o presidente tenha, nesses dois anos, aprendido que milagres não existem. E, também, que o povo não obedece a comandos absurdos — segue apenas caminhos indicados com seriedade na busca de reais soluções.

* Industrial gráfico, é presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e do Sindicato da Indústria Gráfica no Estado de São Paulo (Sindigraf).